

# LIBERDADE

O nº 11 da 3ª série da *Biblos-Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* é subordinado ao tema *Liberdade*, pretendendo assumir-se como um contributo simbólico da Escola para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, cujo termo terá lugar em 2026. O significado desta opção temática é, desde logo, assinalado pelo recurso ao verso de *Maré Alta* de Sérgio Godinho – “A Liberdade vai passar por aqui” – que abre o convite para a apresentação de artigos, publicado no final de 2024. A formulação do verso é obviamente histórica – o álbum *Os Sobreviventes* foi gravado em Paris em 1972, dois anos antes de Abril; mas não deixa de ser, do mesmo modo, intemporal (ou, se se preferir, premonitória).

O volume da *Biblos* que agora se publica assume essa dupla temporalidade: por um lado, o tempo da Revolução dos Cravos e as diferentes aceções artísticas que o conceito de Liberdade aí assumiu; por outro lado, o tempo antes e o tempo depois do tempo, plasmados na dimensão universalista do conceito e nas suas diversas manifestações literárias, filosóficas, históricas, discursivas, territoriais. Dito de outro modo – e recuperando um excerto do convite para apresentação de artigos –, o conceito de Liberdade é um dos “mais referidos, debatidos e sofridos da História, ocupando, como não poderia deixar de ser, um espaço central nas Humanidades, que marcam de forma indelével a *Biblos*”.

De facto, a inscrição *natural* do tema na epistemologia da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e o momento emblemático da publicação deste volume, quando ocorrem as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, permitiram acolher artigos que refletem sobre a Liberdade em muitas das suas dimensões – política, histórica, estética, linguística. Cada um deles, a partir de campos distintos do saber e da criação, interroga o tempo e os tempos, as diversas formas de expressão e de resistência que emergem do confronto do sujeito com os limites e possibilidades da Liberdade. Por isso, os estudos aqui reunidos revelam não ser a Liberdade uma conquista estática,

mas um processo em permanente construção, marcado por tensões, ruturas e reinvenções – como se infere da cadência do verso de Sérgio Godinho.

Assim, muito embora os artigos que compõem este volume veiculem conteúdos de natureza diversa, concretizando a polissemia do conceito Liberdade e os diferentes tempos em que, no âmbito das Humanidades, naturalmente se declina, existem três núcleos de reflexão crítica que parecem impor-se, sem rasurar as leituras plurais que neles se inscrevem: “Liberdade e História (Memória e Futuro)”; “Liberdade e Discurso(s)”; “Liberdade e Literatura(s)”. Existindo uma permeabilidade de fronteiras entre as três secções, decorrente da própria ontologia do tema, os artigos que as enformam dão conta da presença indelével dos dois eixos estruturantes das Comemorações dos 50 anos de Abril – Memória e Futuro – na reflexão crítica que desenvolvem. De resto, a dialética Memória e Futuro intrinsecamente associada à História, prolonga-se na alusão ao plural e na dimensão plural de “Discurso(s)” e “Literatura(s)”.

No artigo que abre a secção “Liberdade e História (Memória e Futuro)” – *Igualdade em Liberdade. Liberdade e igualdade complementam-se como valores supremos, não como valores absolutos* – e que, em bom rigor, poderia abrir cada uma das outras secções, surge simbolicamente inscrita a data de 25 de abril de 2025: Pezarat Correia, Capitão de Abril e doutorado pela Universidade de Coimbra aos 85 anos, reflete sobre a liberdade e a igualdade, à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição da República Portuguesa de 1976. Fundamenta, na relação interdependente entre esses dois valores, o apelo à indignação e ao empenho coletivo para “libertar a liberdade”, “cativa” que está de uma globalização que agrava as desigualdades, dos poderes políticos distantes e subservientes aos interesses económicos e da influência das grandes empresas de tecnologia.

O mote está dado para todo o volume e justifica o regresso ao antigo e longo debate entre liberdade e democracia que leva Maria de Fátima Silva a visitar a Grécia antiga, nomeadamente Heródoto e o debate sobre formas de governo, enquadrado no Livro III de *Histórias*, e Tucídides e o discurso de Péricles em homenagem aos caídos em combate, no Livro II de *História da Guerra do Peloponeso*. Em *Pensar a liberdade e as prerrogativas da democracia. Um antigo e longo debate*, a autora demonstra como os dois escritores

ponderaram a democracia e o seu perfil como modelo político e social em contexto de guerra e em momentos distintos da História antiga.

É na História atual que se situam os três artigos seguintes, alinhados, de formas diferentes, com a reflexão crítica e filosófica dos dois primeiros. Patrícia Freitas, em *Contra a “liberdade dirigida” do PCP: o discurso anticomunista nos debates da Assembleia Constituinte no “Verão Quente” de 1975*, mobiliza um conjunto muito específico de fontes para analisar a forma como o debate ideológico que caracterizou o processo revolucionário português manifestou, articulou e atualizou um anticomunismo longamente enraizado na cultura política do país. Em *Abaixo os “cadeados de ferro feudais”! O movimento para a extinção dos foros e a ruralidade na revolução portuguesa (1974-1976)*, Leonardo Aboim Pires lança um olhar atento às reivindicações populares concretizadas num dos vários movimentos sociais agrários que, implicando a fratura com formas seculares de exploração da terra, são aqui entendidos como parte integrante do processo revolucionário e da própria consolidação da democracia.

Num outro contexto muito diverso, mas profundamente atual, Felipe Pathé Duarte (*Ambivalence in contemporary sunni islamism – a challenge for western liberal democracies*) analisa as ambivalências do islamismo sunita contemporâneo como uma ideologia política distinta que funde crenças religiosas com estratégias sociais e políticas, transcendendo as fronteiras religiosas e funcionando como uma ideologia secular autoritária, no contexto histórico do declínio dos impérios islâmicos e da ascensão das ideologias ocidentais.

“Liberdade e Discurso(s)”, o segundo núcleo de reflexão crítica que estrutura o presente volume da *Biblos*, acolhe artigos que abrangem diferentes áreas de saber das Humanidades, todos eles incidindo, não obstante, em formas de discurso, ou de representação do/no discurso, que evidenciam a relação do sujeito e instituições com a Liberdade.

Assim, em *Violência contra jornalistas na América do Sul: Argentina e Brasil (2008 a 2024)*, Érica Anita Baptista, Liziane Guazina e Daniela Ramos apresentam uma reflexão sobre as lideranças populistas de Javier Milei e Jair Bolsonaro, mostrando como os dois países promoveram a descredibilização, criaram discursos estigmatizantes, fizeram ataques direcionados pelas redes

sociais contra jornalistas e recorreram à violência de gênero contra mulheres que exercem a profissão. Estas estratégias políticas, concluem as autoras, visam promover a autocensura e a divisão entre jornalistas, aumentar as dificuldades do exercício do jornalismo e descredibilizar a profissão.

Já em *Gabriela, Cravo e Canela: memória e recepção da telenovela a partir das experiências de um grupo de mulheres portuguesas*, Inês Salvador descreve um estudo exploratório que lhe permitiu questionar e analisar o impacto ideológico de uma narrativa televisiva, protagonizada por um modelo de liberdade/independência feminina, em oito mulheres portuguesas, num contexto pós-revolucionário de expectável transformação social e, no entanto, ainda, de resistência à liberdade de pensamento e expressão. Na mesma sequência de raciocínio, Ana Cristina Gomes da Rocha e Joan R. Sapiña analisam, em *Liberdade e Poder em “A Tourada” de A Naífa: análise crítica do discurso multimodal*, as diferentes relações semióticas estabelecidas, desta feita, na trama discursiva do videoclip “A Tourada”, produzido pelo projeto artístico “A Naífa”, destrinchando as suas matrizes textuais, imagéticas, sonoras, socioculturais e, naturalmente, artísticas, no contexto de uma resistência ao poder e consequente atualização e ressignificação do protesto revolucionário, de um contrapoder.

Os dois últimos trabalhos incluídos na secção “Discurso(s)” apontam para dimensões de impacto linguístico e social do conceito Liberdade, contextualizado em duas formas de discurso. O artigo de Mónica Lourenço – *Formação de professores de Inglês e justiça linguística: Liberdade, identidades e transformação social* – analisa de que modo a formação de professores de inglês pode contribuir para a justiça linguística e a transformação social, promovendo o respeito pela liberdade linguística e pelas identidades plurais. A partir de um estudo de caso com futuros professores, a autora mostra que a reflexão sobre ideologias monolingues e práticas de ensino inclusivas conduz ao desenvolvimento de uma identidade docente crítica, consciente do poder transformador da educação linguística, afirmando que reconhecer e respeitar a liberdade linguística nas escolas é um ato de justiça social, indispensável à construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. O segundo estudo, da autoria de Conceição Carapinha, Cornelia Plag e Susana Ferreira (*Entre*

*a liberdade de investigação e a proteção de dados sensíveis. O caso do corpus CorAuDis*), situa o leitor num outro contexto, o da investigação científica desenvolvida a partir de um *corpus* de audiências de julgamentos, para avaliar questões de ética e de liberdade associadas à proteção de dados pessoais.

O terceiro e último núcleo temático deste volume da *Biblos* – “Liberdade e Literatura(s)” – acolhe um número mais expressivo de contributos, abrangendo a literatura portuguesa e outras literaturas. Os nove estudos que o compõem problematizam o modo como a escrita literária da Liberdade e sobre a Liberdade, a sua ficcionalização ou a sua expressão lírica, movimentam, de novo, o jogo de temporalidades já evocado (tempo histórico e tempo fora do tempo) e antecipam, de algum modo, a síntese possível do volume – ou a sua abertura para o futuro.

*As Vozes da Liberdade*, da autoria de Ana Paula Arnaut, inicia esta terceira e última secção da revista, propondo uma reflexão sobre a relação entre liberdade de expressão e criação literária em Portugal, antes e depois do 25 de Abril de 1974. A autora destaca o papel da literatura como arma de resistência ideológica e sociocultural, evidenciando autores como Miguel Torga, José Cardoso Pires, Maria Velho da Costa ou Lobo Antunes, cujas obras refletem, tanto o entusiasmo revolucionário, como o desencanto democrático. Conclui que a literatura portuguesa, ao transitar do silêncio imposto para a pluralidade de vozes livres, reafirma a sua função crítica e interventiva, reinventando continuamente o sentido da Liberdade. O artigo seguinte, de autoria de Cláudia Capela, retoma uma das “Vozes” da Liberdade já evocada – Maria Velho da Costa – e focaliza-se nos escritos da personagem Elisa de *Casas Pardas* (“*como se calça uma pessoa que vai escrever?*”. *A autorrepresentação cangiarante em Maria Velho da Costa*), analisando o modo como o autorretrato aí construído é um lugar libertário que subverte a natureza autoritária e fixa da língua, num diálogo intertextual com as *Novas Cartas Portuguesas*, onde as autoras exploram a noção de reconhecimento do rosto para, na sua contrafação, revelar a condição das mulheres no século XX.

A estas duas reflexões iniciais, junta-se a de Sandra Guerreiro Dias que, em *Não há revoluções inocentes: lições da poesia experimental para o 25 de Abril de 1974*, analisa a obra de cinco poetas: E. M. de Melo e Castro, Ana Hatherly,

António Aragão, Salette Tavares e António Barros. O argumento que percorre o artigo apoia-se na ideia de que os poetas experimentais portugueses ocuparam as “trincheiras” da Revolução dos Cravos, utilizando o poema como um ato performativo que interfere, nomeia, convida à ação e transforma. De realçar, ainda, o facto de a autora sustentar que os poemas podem ser uma forma de resposta aos desafios contemporâneos da era da algoritmização avançada e da ameaça crescente das tecnologias de vigilância e normatização da linguagem.

Ao texto de Sandra Guerreiro Dias segue-se o de Maria Bochicchio – *Mário Cesariny: “a Liberdade agita, acelera, afecta, não nasce, morre em incêndio”* – que apresenta uma reflexão sobre o conceito de Liberdade na obra de Mário Cesariny, analisando as suas implicações poéticas e políticas. Partindo do surrealismo português, a autora mostra como Cesariny rompe com o neorrealismo e com as ideologias dominantes, afirmando a poesia como ato de resistência e desobediência estética, um movimento incessante que “agita, acelera, afecta”, propondo uma libertação da linguagem através da desconstrução dos seus códigos racionais e morais.

A poesia é igualmente gesto de resistência e de libertação no caso da poeta Sílvia Bragança, como fica demonstrado no estudo *De la douleur à la parole : la poésie de Silvia Bragança comme acte de résilience et de transmission*. Irene Silveira Almeida detém-se na poesia gráfica da autora, no modo como essa escrita poética é marcado pelas experiências de Sílvia Bragança na sua terra natal, Goa, e depois em Portugal e Moçambique, no rescaldo da Revolução dos Cravos e das lutas de descolonização, e se torna uma transmissão empenhada para o povo a quem dirige a mensagem, nomeadamente para as gerações mais novas.

Os quatro estudos seguintes justificam o plural de “Literatura(s)” utilizado no título deste terceiro e último núcleo temático da Revista – “Liberdade e Literatura(s)” –, ainda que não tenham, por si só, e como se deduz dos artigos anteriores, condicionado, de forma exclusiva, essa opção. Outras “Vozes” são aqui convocadas, algumas relacionadas com Portugal e com um olhar de fora sobre o Portugal de Abril, apontando para o tempo (histórico) e para o tempo fora do tempo que enforma o conceito de “Liberdade” e constitui um *leit-motiv* estruturante deste volume da *Biblos*.

Assim, o artigo de Katarzyna Pisarska, *Worlds of Freedom and Unfreedom: The Totalitarian Imaginaries of Lewis Grassic Gibbon's Gay Hunter and Antoni Słonimski's Two Ends of the World*, compara duas obras do período entre guerras – *Gay Hunter* (1934) de Lewis Grassic Gibbon, e *Dois Fins do Mundo* (1937) de Antoni Słonimski. Na reflexão proposta sobre as duas narrativas, ambas tematizando dois possíveis futuros totalitários, sem que os escritores abandonem, por completo, alguma esperança sobre o futuro da Humanidade, a autora descreve o modo como Gibbon, influenciado pela teoria difusionista, via a civilização como má e idealizava uma idade de ouro de homens caçadores e recoletores livres, enquanto Słonimski imagina uma utopia de liberdade e igualdade após uma catástrofe tecnológica.

De seguida, Maria de Fátima Gil, em *As mulheres do romance de Sabine Scholl Transit Lissabon* (2024), apresenta uma leitura particular do romance de Sabine Scholl, ora focando-se no contexto histórico em que se ancora o romance – o verão de 1940, altura em que, sob o regime do Estado Novo, chegaram a Portugal muitos refugiados judeus que traziam consigo novas visões do mundo e um desejo profundo de liberdade –, ora numa hermenêutica da pós-memória que realça, na ficção, comportamentos femininos em conflito com a retrógrada sociedade portuguesa, construindo pertinentes imagens da condição feminina do Portugal dos anos 40.

Rogério Madeira, por seu turno, centra o seu trabalho de análise no romance *Schwerenöter* (1987), de Hanns-Josef Ortheil, e no modo como nele se fixam imagens do 25 de Abril de 1974. Explora a perspetiva utópica sob a qual, através da figura do protagonista e da *conditio germaniae* que assume, se reconfiguram, no romance, aspetos fundamentais da representação histórico-ficcional da Revolução dos Cravos, integrando, mesmo, personagens históricas, como Spínola ou Zeca Afonso, aludindo a líderes revolucionários do MFA. Desse modo, o 25 de Abril, idealizado pela escrita ficcional, é entendido como “revolução ponderada” (“takvolle Revolution”), designação inspirada no pensamento de Adorno.

“Liberdade e Literatura(s)” encerra com um artigo que deslocaliza geográfica e historicamente o conceito de Liberdade e que, por isso mesmo, acentua a dimensão universalista que a *Biblos* entendeu assumir ao optar por

esse tema, no âmbito das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Angela Bubba discute, de facto, em *La fiaba della libertà. Migrazione e salvezza nell'esordio di Ornella Vorpsi*, a estreia literária da albanesa Ornella Vorpsi, com *Il paese dove non si muore mai*, texto que reconstitui os anos em que a escritora viveu no seu país natal – então sob a ditadura de Enver Hoxha – e analisa algumas das limitações mais desumanas à liberdade, tanto pública como privada. Angela Bubba demonstra como o texto constrói imagens da condição feminina, oprimida sob o regime de Hoxha e sujeita a uma profunda estigmatização, estabelecendo, pela forma de escrita, uma conexão original com o género dos contos de fadas, através da aproximação a Italo Calvino. A fábula construída por Vorpsi acentua, assim, a forma como o regime da ficção acrescenta sentido a uma jornada de luta e busca pela liberdade, face ao poder ditatorial.

Pode-se, em suma, considerar que as diferentes declinações do conceito de Liberdade que as secções “Liberdade e História (Memória e Futuro)”, “Liberdade e Discurso(s)” e “Liberdade e Literatura(s)” perspetivam, se enquadram, naturalmente, no perfil transversal de uma revista das Humanidades e na sua militante ancoragem aos tempos da História. Talvez por isso, o conjunto de estudos que agora se publica, abre com uma reflexão sobre a *Igualdade em Liberdade. Liberdade e igualdade* e encerra, antes da secção de *Recensões* que contempla publicações das áreas da Literatura, Cultura e História, com uma *Entrevista* a José Bragança de Miranda, conduzida por Carlos Campones e José Gomes Pinto, com o título *A História mostra-nos que não temos de escolher o pior*. De facto, para além de se assumirem, de forma estrutural, como momentos de *avant-propos* e de conclusão do nº 11 da 3ª série da *Biblos*, as duas reflexões incorporam os jogos de temporalidade associados ao conceito de “Liberdade” já evocados e reconfiguram as conclusões em aberto que os dezanove trabalhos diversamente sugerem. O apelo de “libertar a liberdade” proposto por Pezarat Correia, encontra, de algum modo, ecos de continuidade (e de contiguidade) no pensamento que José Bragança de Miranda, Reitor da Universidade Lusófona, desenvolve ao longo da Entrevista que lhe foi realizada para este número específico da Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. José Bragança

de Miranda sustenta que, a existir um fim da História, ele iniciou-se com as Revoluções contra o poder absoluto. Convocando a intemporalidade do Mito e, em particular, do Mito do Minotauro, um legado dos gregos “que eram mais sábios que nós em muitos aspetos”, afirma que a ameaça desse poder discriminatório nas sociedades contemporâneas pode ser reinterpretada a partir da figura do minotauro, mas sem a presença de um Teseu que assuma o papel de o eliminar definitivamente: “A História tem sido o desdobrar deste mito no tempo. Mas existe a possibilidade de que o Minotauro tenha conseguido escapar do labirinto disfarçado de Teseu”. Nessa medida, José Bragança de Miranda explora, na Entrevista, a ideia de soberania individual como garantia contra a escolha do “pior” na História e a necessidade de uma “ordem da liberdade” sustentada em atos soberanos. Na revisitação que faz da História, afasta-se da ideia de um destino inexorável e prioriza o presente e a ação soberana de cada sujeito como forma de construir o futuro.

Cumprem-se, assim, os diversos sentidos do verso de Sérgio Godinho “A Liberdade vai passar por aqui”, evocado no início da proposta temática “Liberdade”, apresentada, no início de dezembro 2024, para a conceção deste volume da *Biblos. Os Sobreviventes*, título do álbum onde se encontra a canção *Maré Alta* em que o verso é formulado e repetido quase até à exaustão, pode porventura ser uma metáfora que engloba o modo como o conceito de Liberdade foi trabalhado neste volume e o modo como ele (sobre)vive nas diferentes temporalidades da História e fora da História, na Memória e no Futuro, no tempo atual das Humanidades. Vale a pena, por isso, recuperar excertos da reflexão desenvolvida por José Bragança de Miranda perante a pergunta “Mas, então, defende que não devemos falar de “A Liberdade”?”:

Falar de uma liberdade metafísica ou ontológica é dar por garantido aquilo mesmo que temos de produzir. De forma mais modesta, mas essencial, devemos defender a ordem da liberdade. As revoluções modernas deram consistência palpável e histórica a uma ordem da liberdade, da qual inscrevemos os direitos individuais, e todos os direitos pensáveis e vindouros. (...) Falar de uma *ordem da liberdade* significa equacionar o problema da sua sustentação, nomeadamente constitucional. Mas o assunto é bem

mais radical do que isso, pois é a única garantia para limitar e impedir a subida aos extremos dos poderes existentes. É o princípio que faz com que todos nós – que acreditamos que esse Minotauro histórico pode ser *sustido* – sejamos filhos da Revolução.

O volume fecha com um “convite à apresentação de artigos” para o nº 12, 3ª série, da *Biblos*, a ser publicado em 2026.

O tema – “Humanidade(s) em tempo de IA” – não é alheio ao repto, lançado por José Bragança de Miranda, de que todos nós devemos acreditar que o Minotauro histórico pode ser *sustido*. De resto, existe uma lógica sequencial que justifica o *continuum* temático que une o volume 10 – “Mediações” –, o presente volume – “Liberdade” – e o próximo – “Humanidade(s) em tempo de IA”. Todos eles apontam para desafios e inquietações futuras com que as Humanidades se confrontam, no tempo (do)presente.

Marta Teixeira Anacleto  
Coordenadora da Direção Executiva